

CLIPPING

06 de agosto de 2018

O Liberal – Poder, 2

País discute descriminalização do aborto

ORIENTAÇÃO

A advogada e professora doutora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Luanna Tomaz argumenta que políticas públicas voltadas à questão são uma via para diminuir os índices, porque “quando

há pessoas que as orientam, é possível, às vezes, lidar com a gravidez indesejada por outro viés” e cita, a exemplo, a possibilidade de adoção.

Apesar disso, Luanna enfatiza que “não há sentido na criminalização de mulheres pelo aborto” esclarecendo que, no caso do aborto, a atuação do direito penal “tem reproduzido mais violência, porque não tem impedido a realização e tem levado à morte”.

“O aborto deveria ser visto não como uma questão criminal, mas de saúde pública. Eu acho que o grande problema do aborto é que, independente das convicções pessoais que alguém pode ter, ela não pode impor isso a outras pessoas. Se eu sou religiosa e acho que a vida começa na fecundação, tudo bem, mas eu não posso impor esta minha forma de pensar a alguém e inclusive defender que essas pessoas sejam presas”, considera. “Quando nós estamos falando da criminalização do aborto, nós estamos falando da prisão de mulheres que muitas vezes vivem em situação de miserabilidade e às vezes abortam por não ter con-

Psicóloga defende que direitos das mulheres devem ser respeitados

Professora da faculdade de psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Eunice Guedes aponta que o Conselho Federal de Psicologia se posiciona a favor da descriminalização e legalização do aborto no Brasil, "pois entende que a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres faz parte da defesa dos seus direitos humanos".

"Eu sou feminista e psicóloga. Nessa junção de ser profissional e lutadora de movimento social e de trabalhar na saúde pública, eu tenho acompanhado inúmeras situações de descaso e morte de mulheres por falta de políticas públicas em relação à saúde da mulher", afirma.

Eunice argumenta, ainda, que o contraponto de quem é contra a legalização do aborto é a questão da vida e **questiona: "que vidas estão defendendo? A vida do bebê e a morte da mulher?"**.

"Eles não se responsabilizam pela prevenção; inviabilizam uma discussão sobre educação sexual na escola e não fazem em casa; não querem que o serviço de saúde informe sobre os serviços de prevenção; são contra métodos contraceptivos; discutem, questionam o serviço de saúde. Não tem políticas de planejamento familiar, não dão acesso aos insumos. Então, **que vida é essa?**", enfatiza.

A psicóloga, por fim, as-

rante que os impactos na vida e na saúde mental de pessoas que estão envolvidas na questão do aborto, por falta de acesso a recursos e orientações, é imenso.

Assim como Eunice, a professora da UFPA e doutora em educação Edna Barreto, que trabalha com a temática da violência obstétrica, também é a favor da descriminalização do aborto. Ela defende que o processo de criminalização, dentro da perspectiva do respeito e direito ao sexual e reprodutivo, "é uma violência". "A gente entende que a maternidade, nesse contexto, é livre e voluntária. Não se pode impor maternidade", explica.

Segundo a educadora, mulheres que sofrem aborto

espontâneo já **criminadas e gam com cor em decorrência do aborto provoca**





espontâneo já são discriminadas e “se chegam com complicação em decorrência de um aborto provocado, essa

violência é elevada a níveis inimagináveis, até com ameaças e denúncias”.

“São dois temas que devem caminhar juntos: o direito da mulher ter sua gravidez e parto respeitado, assim como o di-

reito de interromper. A gente, que discute violência obstétrica, não pode aceitar que a mulher seja violentada porque decidiu interromper uma gravidez. Isso é uma violência moral e um equívoco, porque o

Se continuam na discussão com viés moralista, não vai mudar nada, só vai continuar tendo mais morte de mulheres. É uma questão de direito, de saúde pública, de liberdade”, finaliza.

PRINCIPAIS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS À DESCRIMINALIZAÇÃO

Padre Idamor

Contra a descriminalização

- 1 Existência da vida desde o momento da concepção
- 2 Direito à vida do feto
- 3 Poucas mortes em de-

corrência do aborto

- 4 Liberdade à criança de ter direito ao acesso à sua vida
- 5 Possibilidade de orientação com ONGs, igrejas e governo, ao invés de abortar

Lívia Duarte

A favor da descriminalização

- 1 Criminalização não evita aborto, dificulta a prática de procedimentos seguros e faz com que mulheres, principalmente pobres e negras, morram

- 2 Situações de risco causadas pela clandestinidade resultam em sequelas graves e até morte

- 3 Criminalização afeta até mulheres que passam por aborto espontâneo, pois se deparam com preconceito e estigma

- 4 Direito das mulheres à vida

- 5 Direitos das mulheres a decidir seguir ou não com uma gestação com autonomia, conhecimento e debate, em procedimentos seguros

profissional da saúde tem que aprender a não fazer julgamentos”, esclarece.

Edna também diz que o debate não é sobre ser “contra ou a favor”, mas sobre “quem morre: que é a mulher pobre, porque ela vai provocar o aborto de todas as formas, vai demorar a procurar atendimento porque tem medo de ser presa e discriminada”, argumenta, sugerindo que “a mulher rica tem acesso às clínicas, mesmo que clandestinas, e ao atendimento com dignidade, pois podem pagar por isso”.

“A proibição não evita o aborto de maneira nenhuma. Esse é um problema de saúde pública que precisa ser enfrentado de maneira técnica, evitando o debate moral, porque desse jeito a gente não avança. Se continuam na discussão com viés moralista, não vai mudar nada, só vai continuar tendo mais morte de mulheres. É uma questão de direito, de saúde pública, de liberdade”, finaliza.